

## Servidores aprovam **paralisação no TRF/JF na próxima terça (26)** em protesto ao reajuste abusivo no convênio médico

*É possível reverter o aumento e a imposição da co-participação com unidade e luta*

A falta de respeito com a saúde dos servidores e a imposição de um reajuste abusivo de 12,5% e mais a inclusão da co-participação de 20% nos procedimentos médicos (exames, consultas e outros) no plano médico-hospitalar, deixou os servidores do TRF/JF indignados. Em assembleia, nesta quinta-feira, 21/07, os trabalhadores aprovaram paralisar suas atividades por duas horas, a partir das 14h, no próximo dia 26 de julho. No mesmo dia o Sintrajud mais a comissão, formada por servidores e diretores do sindicato, irão entregar o abaixo-assinado, que está passando em todas os setores do TRF/JF, à administração. Foi aprovado também, que a comissão se reunisse com o Pró-social nesta sexta-feira (22) para cobrar uma solução para o problema.

De acordo com o comunicado da administração, o reajuste começa já no próximo mês, e os servidores terão que pagar a "diferença relativa aos valores retroativos a abril que será dividida em cinco parcelas, que serão descontadas em Folha de Pagamento de agosto a dezembro de 2011".

A partir da pressão feita pelos servidores, foi agendada uma reunião na próxima segunda-feira, dia 25 de julho, com a secretária geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), Dra. Eva Maria, em Brasília. Estarão presentes os diretores do Sintrajud Cléber Aguiar, o servidor Taasi Golçalves Moreira e o economista e coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud, Washington Moura Lima, para reivindicarem que o CJF faça o remanejamento do orçamento necessário que possa por fim a cobrança da co-participação. Também será solicitado uma reunião com o presidente do Conselho de Justiça Federal, o Ministro Ari Pargendler.

"Outra causa desse déficit no Pró-Social é o congelamento da tabela salarial. Se tivéssemos um reajuste salarial, o repasse para o



Jesus Carlos



21/7 – Em frente ao TRF-3, servidores se mobilizam para tentar reverter aumento de plano médico

*"Não é hora de buscar alternativa em convênio individual. É preciso manter a união para fortalecer a luta e assim, forçar a negociação, já que a saúde é um direito do trabalhador."*

Pró-Social seria maior e com isso reduziria o déficit orçamentário. Esse problema está diretamente ligado a nossa luta contra o congelamento salarial. Por isso, é preciso combiná-la", afirma o diretor do Sintrajud Dalmo Duarte.

O diretor Cléber ainda lembrou que a paralisação no dia 26 será um termômetro para mostrar à administração a indignação dos servidores. "Todos estão convidados a participar, porque temos que mostrar que não vamos aceitar o aumento e nem a co-participação", disse.

### **Não se iluda**

É importante que os servidores estejam unidos para fazer com que a administração encontre uma solução para o problema. "Não é hora de buscar alternativa em convênio individual. É preciso manter a união para fortalecer a luta e assim, forçar a negociação, já que a saúde é um direito do trabalhador. É importante ressaltar que precisamos lutar por um convênio porque não temos uma saúde pública de qualidade", afirmou Cléber.

Buscar outro convênio não resolve o problema. O diretor lembrou também que são várias as denúncias nos órgãos de defesa ao consumidor contra os planos de saúde. "Há diversas reclamações, por isso, mudar pode ser um mal negócio. Lá fora você está sozinho, aqui somos uma categoria".

# Dinheiro tem, **falta vontade** política

Jesus Carlos



21/7 – Em frente ao TRF-3. Estudo do Departamento Econômico do Sintrajud mostra que é possível fazer remanejamento no orçamento



**D**inheiro tem, o que falta é vontade política para fazer remanejamento. Pelo menos é o que mostra o estudo realizado pelo Departamento Econômico do Sintrajud. Segundo o levantamento, o orçamento autorizado de toda a Justiça Federal para a Assistência Médica e Odontológica (A.M.O.), em 2011 foi de R\$ 82,5 milhões, uma redução de 2,99% quando comparado a 2010. Mesmo com essa redução, até quatro de julho deste ano, só foram gastos R\$ 29,3 milhões, ou seja, 35,56% do total do valor. “O ideal é que já tivesse sido usado 50,68%. Assim, na data, havia uma margem no orçamento com a assistência médica de 15,13% do total, representando uma sobra de R\$ 12,4 milhões, ou quase 2,5 vezes o orçamento do ano para o TRF-3. Essa diferença está em outras unidades, basta fazer um remanejamento. Não há nenhum impedimento legal”, observa o economista Washington Mou-

ra Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud.

Para o economista, o problema da redução orçamentária está ligada ao fato de que há vários anos a média do valor por beneficiado está congelado em R\$ 90. “É preciso reivindicar o reajuste pelo menos da inflação.”

Ele também chama a atenção que além da possibilidade do remanejamento com o orçamento deste ano, as despesas com a A.M.O, estão basicamente agrupadas no Grupo de Natureza de Despesas de Outras Despesas Correntes (GND-3), que em quatro de julho, gastou R\$ 453,2 milhões para a dotação em 2011. “O valor gasto representa 39,12% da dotação total do ano. Assim como o percentual ‘ideal’ é de 50,68% a margem nesse grupo é de 11,56%, ou R\$ 133,9 milhões.”

Hoje são necessários por volta de R\$ 2 milhões para solucionar a questão da co-participação, ou seja, uma pequena

parte da sobra orçamentária. A administração do TRF-3 sabe desse problema há muito tempo. “Como o Presidente do tribunal, o desembargador Roberto Haddad, tem uma cadeira no CJF, ele pode tanto negociar o remanejamento necessário como o aumento na verba do orçamento para 2012 para que não passemos por isso novamente”, afirma o diretor do Sintrajud Dalmo Duarte.

Diante deste cenário, o Sintrajud está realizando um abaixo-assinado reivindicando a suspensão do aumento de 12,5%, da co-participação e também que o Presidente do TRF-3 tome as medidas necessárias para garantir o remanejamento das verbas necessárias, além do aumento dessa rubrica no orçamento de 2012. “Por fim, estamos também pleiteando que o tribunal re-discuta com a Amil o reajuste de 12,5% que consideramos abusivo, pois é o dobro da inflação”, disse Dalmo.

## Fique atento aos **procedimentos**

**O**s servidores também estão cobrando mais transparência no contrato firmado entre o tribunal e a Amil. Durante a assembleia, uma das servidoras falou que “se o reajuste não é ilegal, no mínimo é imoral.”

Desde semana passada o Sintrajud protocolou ofício no tribunal solicitando uma audiência com o presidente do TRF-3, desembargador Roberto Haddad, além de requerer a entrega de cópia do contrato de as-

sistência médica celebrado com a Amil, relatórios de custos, receitas, número de beneficiários, procedimentos realizados, descrição detalhada dos tipos de planos médicos com os correspondentes números/relações de beneficiários destes e rede credenciada. Até o momento, o sindicato não teve nenhum retorno da administração do tribunal.

O diretor do Sintrajud Cléber Aguiar orienta que os servidores devem entrar no site da Amil e verificar todos os proce-

dimentos já realizados. Se houver lançamento de algum procedimento não realizado, o servidor precisa procurar o Pró-Social e informar o ocorrido. “Estamos recebendo muitas reclamações de duplicidade de procedimento e até mesmo de alguns não realizados. Esse tipo de coisa aumenta a sinistralidade do convênio. Lembre-se, que o aumento da sinistralidade foi um dos argumentos usados pela Amil para fazer o reajuste”, explica Cléber.